

as suas intervenções focam-se especialmente sobre a temática das nacionalizações e da participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Sobre as primeiras, alertou para o perigo da constituição de um poder autocrático resultante da incapacidade de se delimitar o papel dos trabalhadores no contexto da nacionalização dos meios de produção (DAC n.º 50, 20 de setembro de 1975). Tal como a generalidade dos seus então colegas de bancada, defende que a cogestão «em determinadas circunstâncias», nomeadamente em empresas estatizadas ou geridas por representantes do Estado, «é caminho para a autogestão», que, distintamente do «controlo da gestão», constitui já a «participação dos trabalhadores na própria decisão». Na discussão de uma proposta apresentada por Furtado Fernandes, do PPD, Joaquim Coelho dos Santos refere que o seu partido defende o controlo de gestão, a fiscalização da gestão e a vigilância dos trabalhadores dentro das empresas, mas que não pretende esgotar a participação dos trabalhos apenas nessas formas de gestão, e que esta posição não significa que o PPD queira «cogerir o capitalismo» (DAC n.ºs 44, 11 de setembro de 1975 e 50, 20 de setembro de 1975).

Filipe Guimarães Silva

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*; Ivo Veiga, “Santos, Joaquim Coelho dos”, in *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril*, coord. de António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Vol. 7, Porto, Livraria Figueirinhas, 2016, p. 305-306; Sousa, Marcelo Rebelo de, *A Revolução e o nascimento do PPD*. 4.ª ed., Vol. 2, Lisboa, Bertrand, 2000.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SANTOS, Maria da Conceição Rocha dos (1923-2009)



Nasceu a 6 de março de 1923 e morreu a 31 de janeiro de 2009. Natural de Lisboa, viveu em Alcácer do Sal, onde faleceu. Licenciada em Filologia Germânica, foi professora do Ensino Secundário. Nomeada pelo Ministério da Educação como membro da Comissão Instaladora da Escola Secundária de Alcácer do Sal. Aí, e no Externato Dr. José Gentil, desempenhou o cargo de delegada sindical. Autora de artigos em jornais e de poesia. Foi eleita para a Assembleia Constituinte na lista do Partido Socialista (PS) pelo círculo de Setúbal. Na sua primeira intervenção em Plenário, na sessão de 16 de dezembro de 1975, criticou a forma como estava a ser levada a efeito a aplicação da Lei da Reforma Agrária, nomeadamente no campo da formação de cooperativas agrícolas e de complexos agroindustriais. Criticou ainda a ação e o comportamento dos funcionários da ex-comissão de apoio às cooperativas (DAC n.º 96, 17 de dezembro de 1975). Submeteu ainda requerimentos ao governo. Ao ministro da Educação e Investigação Científica solicitou informações sobre medidas previstas para solucionar o problema dos trabalhadores-estudantes

habilitados com disciplinas do 3.º e do 7.º anos liceais e a crise de instalações escolares e respetivo apetrechamento da cidade de Setúbal, dos concelhos limítrofes e de outras terras do distrito (DAC n.º 105, 16 de janeiro de 1976). Interpelou igualmente o ministro dos Assuntos Sociais sobre os problemas dos deficientes mentais, considerando que a sua situação «se encontra no mesmo pé em que estava, sem que o seu tratamento, a sua reabilitação e a sua integração na comunidade em que vivem tenham melhorado de qualquer forma» (DAC n.º 109, 6 de fevereiro de 1976). Em Plenário, teceu várias considerações relativamente aos problemas que afetavam os cegos em Portugal, cuja população se estimava em cerca de 15 000 a 20 000 pessoas. Defendeu a necessidade urgente de construir um ensino Braille integrado na escola ao serviço do povo. Sobre os mesmos cidadãos, afirmou: «Manhã clara que longamente esperamos, não a viram eles em 25 de Abril de 1974, mas sentir-lhe-ão os efeitos e os benefícios se não nos esquecermos de que maiores cegos seremos nós, se continuámos a fechá-los sempre para ignorar que também eles cabem na sociedade socialista, fraterna e justa, que há de ser a nossa.» (DAC n.º 127, 27 março de 1976) Posteriormente à Assembleia Constituinte, exerceu cargos autárquicos como vereadora na Câmara Municipal de Alcácer do Sal e deputada da Assembleia Municipal e também cargos partidários a nível local, distrital e nacional. Em 2005, a Câmara Municipal de Setúbal deliberou atribuir a Medalha «Paz e Liberdade» aos 21 deputados do círculo eleitoral de Setúbal que participaram na elaboração da Constituição da República Portuguesa, entre os quais Maria da Conceição Rocha dos Santos. A distinção, em reconhecimento da «elevada missão democrática e patriótica dos primeiros cidadãos eleitos pelo povo e construtores do documento fundamental que, desde então, rege os destinos de Portugal», foi entregue numa cerimónia que coincidiu com o 29.º aniversário da aprovação da Lei Fundamental. Noticiando a sua morte, em 2009, o jornal *Rostos*, de Setúbal, apresentou-a como «prestigiada militante do Partido Socialista», partido de que foi fundadora em Alcácer do Sal.

Ana Cabrera e Carla Martins

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 96 (17 de dezembro de 1975, p. 3095); n.º 105 (16 de janeiro de 1976, p. 3043); n.º 109 (6 de fevereiro de 1976, p. 3574); n.º 116 (10 de março de 1976, p. 3849); n.º 117 (11 de março de 1976, p. 3885); n.º 127 (27 de março de 1976, p. 4223).

Sítios na internet: *Rostos*, 1 de fevereiro de 2009, disponível em: <https://www.rostos.pt/inicio2.asp?mostra=2&cronica=60620>.